

**Planned Cities, Real Cities:
Prostitution and the Production of a Critical Urban Narrative**

Soraya Silveira Simões
IPPUR-UFRJ

Urban social movements in Brazilian cities have focused on housing and labor issues. They have also fought for more democratic and integrated public transportation services in metropolitan areas. These movements have built a coordinated criticism of globalized neoliberalism and of the commoditization of cities. They have denounced the political systems that have been transformed into a commodity exchange at the municipal, state, and federal levels. Alongside the movements critique of the commodification of cities, there are those that fight for the "right to the streets" and public space. One example of this is the organized movement of prostitutes. Triggered by police brutality, their agenda revolves around the struggle for the right to work on the streets, sidewalks and corners of Brazil. Brazilian prostitutes have thus mobilized for the "right to action" or the right to work.

Seen from this perspective, cities and their settings do not cease to exist even in the face of their being dismantled through urban interventions. They continue to exist in their residents' imagination and therefore in their residents' practices. The practices and displays of these figures de l'urbain that give life to the so-called "moral regions" of cities (PARK, 1915) are updated at every moment in all cities (or "corners") of the world, placing them beyond and in the middle of official urban planning. They thus emphasize urban conflicts and rigid social hierarchies as highlighted in the works of Louis Dumont, André Beteille and Roberto DaMatta, permitting a transnational comparative perspective.

In the 1950's and '60's in Brazil, the State promoted the displacement of certain populations to segregated areas by means of decrees, programs and laws. In the case of prostitution, so-called "tolerance zones" began being demarcated and densified in many median- and large-sized Brazilian cities (Fortaleza, Marabá, Curitiba, Belo Horizonte, São Paulo, São Luiz, Rio de Janeiro, Natal, Uberaba, and Campinas) during this period. This politics of segregation and control has been fully studied by Brazilian academics. Today, prostitute associations throughout Brazil have developed a criticism of their urban settings. These perspectives make it possible to understand the multiple tactics of capital expansion — which are symbolically and physically violent. Evictions, persecutions, threats, and demolitions are the

plot of this story, which, from the official point of view, aims to promote "the development of cities".

Government actions forged a movement to contest city policies aimed at regulating behaviors in order to establish cities' ethics and aesthetics as embodied in their residents (FOUCAULT, 2008). The movement of Brazilian prostitutes makes it possible to address the liminality experienced in Brazilian cities and from there develop an account and criticism of urbanization policies in Brazil.

Cidades insubmissas

Em 1979, a Boca do Lixo, setor boêmio do centro da cidade de São Paulo, foi o palco da primeira manifestação organizada de prostitutas no Brasil. A ditadura vivia seus estertores e a violência policial contra populações contestadoras de certa noção de ordem recrudescia. Foi nesse contexto que prostitutas que trabalhavam ali, nas calçadas e prédios da Boca do Lixo, decidiram denunciar as violências sofridas diuturnamente utilizando a rua como palco. (foto).

Naquele momento, tomar a rua não como espaço de trabalho mas como palco para outro tipo de atuação, política, era questão de sobrevivência. A manifestação política iria publicizar denúncias e reivindicações e ampliar uma sensibilidade jurídica (Geertz, 1973) que, doravante, redefiniria o "problema" da prostituição: não mais o sexo comercial, mas a violação de direitos civis e humanos de mulheres prostitutas. A violência policial era então o elemento deflagrador de uma grande reflexividade entre aqueles que configuravam um grupo social banido de muitos direitos. Entre estes, aquele que passou a ser reclamado como direito primordial: o direito de *estar nas ruas e calçadas*, de habitar a cidade exibindo-se de determinada maneira, disponível sexualmente para homens e mulheres então tornados clientes para encontros eróticos. Reclamava-se, portanto, o direito à determinada performance *nas ruas*, o direito ao "trabalho" - no caso, o trabalho sexual - e, com eles, o direito às ruas, à diversidade das ruas e à segurança nas ruas da cidade.

As ruas das grandes cidades são infinitamente distintas em seus desenhos, usos e horários. São apropriadas como local de trabalho, para além do lazer e da circulação. São as ruas, portanto, que exprimem a diversidade urbana e as particularidades de cada cidade. Autores que se dedicaram à crítica ao urbanismo racionalista evocaram, há muito, que o ideal do progresso fundamentava-se na máxima « menos é mais ». Esvaziar as ruas para "otimizá-las" em sua "função" era o mesmo que especializar os espaços da cidade segundo uma

concepção técnico-administrativa incapaz de contemplar a diversidade dos modos de se experimentar e inventar uma existência social. Para melhor gerir cidades, o urbanismo modernista de extração racionalista usurpava o poder dos “muitos olhos da rua” (Jacobs, 1961), ou seja, dos próprios habitantes e praticantes da cidade, em benefício de formas especializadas e pretensamente universais de controle da vida cidadina. Cidades planejadas e construídas à luz desse princípio, onde os espaços e fluxos são pensados funcionalmente, aboliam a rua em benefício da quadra, o equivoco em benefício do unívoco, a virtualidade política em benefício da razão monotética¹. O pensamento urbanístico de extração racionalista previa, portanto, uma “boa forma urbana” independente das concepções de “boa forma urbana” formuladas pelos próprios habitantes, no decurso de suas variadas práticas cotidianas.

Por tudo isso, a rua, por oposição aos espaços institucionalizados do trabalho, do lazer e do repouso, quando apropriada para esses fins, torna-se um espaço que confronta a lógica da produção e acumulação capitalista. O tempo e o espaço do trabalho realizado na rua, por oposição ao tempo e ao espaço contabilizado e controlado do trabalho na fábrica ou no setor terciário, é feito de imprevisibilidade, de circunstância, de invenção, criatividade, imprevisto, iniciativa pessoal. Fora da rua, o trabalho produtivo é controlado, contabilizado, estimado, previsto, inserido numa escala e logística complexas e num quadro de divisão social do trabalho altamente diferenciado. Na rua, o trabalho escapa à lógica de acumulação capitalista. O trabalho na rua é, portanto, passível de ser criminalizado ou, ao menos, vitimizado. A finalidade é garantir a liberação do espaço de circulação e da força de trabalho para o seu emprego no trabalho produtivo **mantendo a produção de espaços desembaraçados de todo e qualquer constrangimento local – ou, como avaliou Harvey, produzindo uma “compressão espaço-tempo” para uma “emancipação humana universal num espaço global tornado coeso”². As ruas do mundo, nesse sentido, permanecem sendo o espaço da contestação desse projeto.**

É nas ruas das cidades, portanto, que surge o conflito entre as diferentes concepções da “boa forma urbana”, da “civilidade” e também da “humanidade”. Pois é nas ruas que os habitantes se entrecruzam, se olham, se avaliam e delas se apropriam distintamente. Intervir em ruas é, portanto, intervir no cotidiano da vida dos cidadãos, de gente que nelas atua para performar uma maneira própria de existir nas grandes cidades, confrontando as forças

1 MELLO e VOGEL, 1981.

2 HARVEY, 1998: 242.

opressoras da ordem da cidade capitalista³. Intervir em ruas é, assim, intervir no principal *locus* de construção emancipada dos sujeitos na vida urbana. A sociabilidade das ruas, obedecendo a ritmos diferenciados daquele que organiza a sociabilidade nos espaços institucionais do trabalho produtivo, subverte o padrão da previsibilidade, do controle e da mensurabilidade desejável nestes espaços, atualizando a *poiésis* de uma cidade inspirada⁴. Como disse Robert Ezra Park, nas ruas das grandes cidades qualquer atividade é passível de ser transformada em “profissão”⁵. No decurso das interações possíveis nas ruas, a experimentação e a invenção do cotidiano e de uma expressão popular, ou “rebelde” ou não-convencional situam a rua no pólo oposto ao dos espaços institucionais do trabalho produtivo. A produção de bens e a oferta de serviços forjados socialmente nas ruas, ou seja, em espaços não-oficiais de produção e circulação de bens, serviços e mercadorias que deveriam (ou poderiam) estar sendo produzidos em ambientes institucionais, é criminalizada e perseguida pelas leis que organizam a vida nas grandes cidades.

A prostituição é apenas uma entre as muitas atividades exercidas nas ruas das cidades. Nas ruas, ela evidencia a existência do sexo pago nas cidades. Sugere a realização de desejos eróticos que escapam do sexo normatizado e deixa entrever a existência de espaços heterotópicos para a realização do sexo nas cidades. Incita, enfim, a imaginar o sexo não restrito a relações nas quais ele deve ser cultivado em instâncias domésticas, *longe da rua*. Exibe o sexo efêmero e nas ruas. A prostituição que se exhibe nas ruas revela que a cidade – porque habitada por pessoas – é também feita de libido, de desejos e, portanto, de valores que configuram o campo de uma economia libidinal que conflitua com a repressão própria da sociedade de produção⁶. Exibe, assim, nas ruas, uma cidade real e historicamente perseguida nos variados processos de modernização urbana e de construção de certa civilidade. Revela, pois, uma cidade feita por pessoas que encontram nas ruas e na prostituição um estilo de vida.

Cidades domesticadas

³ Robert Ezra PARK já dizia, em 1915, que “na cidade qualquer ocupação é passível de se tornar profissão”. A vida urbana, o anonimato, a distância física de constrangimentos impostos pelas relações primárias - entre muitos outros aspectos abordados nos mais diversos estudos urbanos desde o início do século XX - seriam condições para o florescimento de serviços variados e de processos associativos entre os variados públicos formados a partir de determinada experiência urbana.

⁴ BOLTANSKI e THEVENOT, 1991.

⁵ PARK, 1900. A cidade.

⁶ SAFATLE, 2008. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0101-31062008000100004&script=sci_arttext

Até os anos 1960, algumas cidades brasileiras sofreram intervenções que visavam justamente concentrar e segregar a prostituição em espaços exclusivos, chamados “zonas de tolerância”. Essa “política de tolerância” foi a primeira medida tomada após o Brasil ter assinado, em 1951, a Convenção para Repressão do Tráfico de Pessoas e do Lenocínio, aprovada em Lake Success, Estados Unidos da América, em 1950.

De norte a sul do país, as municipalidades investiram na construção de novos bairros em áreas ainda não urbanizadas ou formulavam políticas de concentração da prostituição em áreas centrais nas capitais. Essas “zonas de tolerância” do meretrício permitiram, assim, um tipo de gestão da prostituição tratando-a como um problema público de natureza variada, inscrito nos campos da saúde e da segurança pública. A prostituição segregada facilitava o controle estatal dos corpos, dos comportamentos e dos fluxos de certos deslocamentos nas cidades⁷. Mas, ao mesmo tempo, viabilizava a existência de “destinos urbanos” que passaram a integrar um circuito da prostituição para homens e mulheres migrantes em todo o território brasileiro⁸.

No Rio de Janeiro, a disciplinarização da prostituição, associada ao discurso sanitário, foi consolidada entre 1954 e 1974, quando vigorou uma política de concentração da prostituição na área central da cidade – conhecida como Mangue, ou “zona do Mangue” - em bordéis higienizados e controlados pela polícia. Uma política de concentração da prostituição carioca em bordéis policiados e medicados, que iria perdurar até as demolições decorrentes das obras de construção do metro (Cidade Nova) e do centro administrativo da prefeitura da cidade⁹. Em Campinas, no estado de São Paulo, o bairro Jardim Itatinga foi inteiramente planejado e construído em terreno vazio para receber a população de prostitutas que seriam retiradas das ruas do centro da cidade, em meados dos anos 1960¹⁰. Com a existência de um lugar oficial para a prostituição, esta passou a ser reprimida violentamente no centro da cidade. Com o fim da política de segregação, a prostituição em cidades como Rio de Janeiro e Campinas voltou a se exibir mais claramente nas ruas de outras áreas, embora tenha permanecido predominantemente no mesmo lugar das “zonas” institucionalmente configuradas, existindo e perdurando como um destino conhecido e desejado pelos seus frequentadores.

7 LEITE, 2005; MENEZES, 1992; RAGO, 1991; SOARES, ____
8 BLANCHETTE & SILVA, 2005; RAMOS, 2015; SIMÕES, 2010.
9 LEITE, 2005.
10 RAMOS, 2015.

No Rio de Janeiro, nas décadas seguintes, face ao processo de renovação urbana que mudaria por completo aquele setor, as mulheres que lá resistiam fundaram, em 1987, a primeira associação de prostitutas do país¹¹, reivindicando o “direito ao lugar” em um dos últimos exemplares de todo o casario demolido do Mangue. Ali, na chamada Vila Mimosa, prostitutas desejavam permanecer atuando diante do processo de renovação e modernização urbana que transformaria por completo os usos da Cidade Nova¹². Ali se efetivava, portanto, um movimento associativo crítico dos processos de intervenção urbana que ganharia notoriedade na mídia e o apoio de figuras expressivas no cenário político e cultural brasileiro (fotos no Circo Voador e capa do Beijo com Jorge Amado).

A rua é palco

O movimento brasileiro de prostitutas surgia, então, nos anos 1980, revelando a cidade e seus conflitos pelo “direito ao lugar” e, por esse *bias*, atraía a atenção e o apoio de um público mais amplo em momento de recente reabertura política. Nascido de situações liminares vividas nas ruas das grandes cidades, o movimento reuniu mulheres atacadas no desempenho cotidiano do *métier*. Mulheres que existiam, publicamente, nas ruas das cidades, exercendo um papel social desembaraçado de todas as relações configuradoras da mulher “higienizada” e “domesticada” - irmã, filha, mãe, esposa. Eram mulheres que experimentavam, nas ruas, constrangimentos de toda sorte, que viviam situações de liminaridade ao não conseguirem fazer valer seus direitos, em especial o direito ao *respeito*, porque, estando nas ruas e sexualmente disponíveis, provocavam e subvertiam o lugar conferido às mulheres de acordo com valores de uma moral burguesa.

Nesse *social drama*¹³, prostitutas passaram a identificar seus papéis sociais e suas performances de trabalho nas ruas como os elementos de destaque dessa luta¹⁴. *Observando o espaço e o tempo do desempenho de seus papéis, ou, ainda, observando como produzem um espaço e um tempo nas ruas das cidades*, passaram, então, a dramatizar o trabalho sexual em manifestações de caráter performático, onde simulam atos sexuais *em passarelas-trottoir*. *Essa opção pela performance tem manipulado a percepção do público espectador e, com isso, propiciado dessacralização do então chamado trabalho sexual* (foto IFCS).

11 MORAES, 2005.

12 MORAES, *idem*; e SIMÕES, 2010.

13 TURNER, 1900.

14 SIMÕES, 2010b.

Ao final dos anos 1980, o jornal *Beijo da rua*, primeiro jornal da categoria lançado no país, passou a circular em todo o território nacional veiculando novos sentidos da prostituição e reclamando um lugar marginal como o lugar ideal para a formulação de críticas contra os processos hegemônicos de dominação de populações e cidades (foto Capa primeiro Beijo).

Entre as reportagens veiculadas, estão o *I Encontro Norte-Nordeste de Prostitutas*, realizado em Recife, em 1988, quando prostitutas discutiram a retirada do capítulo V do código penal e lançaram o primeiro jornal destinado à categoria; o *I Encontro das Prostitutas Gaúchas*, realizado em Porto Alegre, em 1989, quando foram relatados os problemas de humilhação institucionalizada, como, por exemplo, a existência de um ‘termo de vadiagem’ a ser assinado na delegacia pelas prostitutas presas ilegalmente nas ruas da cidade; e o *I Encontro de Prostitutas do Pará*, realizado em Belém, no ano de 1991, quando as mulheres puderam contar com o apoio institucional do governo daquele estado. Naquele mesmo ano, uma rádio comunitária foi criada na Vila Mimosa. No ano seguinte, Gabriela Silva Leite, a principal mobilizadora da manifestação de 1979, em São Paulo, e da associação de prostitutas do Rio de Janeiro, em 1987, funda a ong *Davida - prostituição, direitos civis, saúde*.

A partir de então, o movimento brasileiro de prostitutas se fortalecia em todo o país mas foram os recursos provenientes do campo da saúde, para trabalhos de prevenção do HIV/Aids, que passaram a propiciar toda essa mobilização. Até o início da década de 2000, foi no campo da saúde que o movimento veio sendo predominantemente construído, realidade que passa a sofrer modificações com o reconhecimento da prostituição na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), publicada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Com o reconhecimento pela CBO, boa parte das ativistas da Rede Brasileira de Prostitutas decidem reforçar as ações pela descriminalização das relações de trabalho na prostituição. E assim, em 2004, surge a grife Daspu, criada pela ong Davida. Com a grife Daspu, as ações do movimento brasileiro de prostitutas saíram dos espaços governamentais de interlocução para voltarem para as ruas. Com a grife, a rua tornou-se definitivamente o palco para manifestações agora performadas com uma estética própria que realça o universo da prostituição, seu figurino, suas músicas e seus modos, tornando a causa singular e inconfundível¹⁵ (foto Daspu). As manifestações em forma de desfile de moda transformavam ruas e espaços institucionais das cidades (foto IFCS, SESC Pompeia, Praça Tiradentes), libertando-os de seus usos convencionais. Além disso, colocavam o sexo pago e a figura da “puta” – vagabunda, não-trabalho, trabalho improdutivo –, protagonista desse drama, no centro

das atenções, elogiando e exibindo essa figura historicamente perseguida e controlada, em ruas e *trottoirs* transformados em passarelas. Vale lembrar que entre os participantes dos desfiles, estão mulheres e homens, cisgenero e transgenero, prostitutas ou não, simulando a realização de desejos e gestos variados¹⁶ em um momento performático inserido em um espaço cenográfico heterotópico – a rua, a calçada ou a escadaria apropriada para a exibição.

Reclamando pelo direito à rua em manifestações desfiles, prostitutas reclamam pelo direito ao trabalho *inventado nas ruas*, pelo direito ao sexo comercializado e representam, na vida e na arte, o papel provocador e contestador de padrões de beleza, valores burgueses e de todos os modelos de uma cidade domesticada e estratégica.

Desejo de cidade ou “a descompressão tempo-espaço”

Qual seria, então, a relação entre “as autoridades” e “as pessoas”, quando as pessoas ocupam ruas, praças, centros da cidade e prédios públicos? Podemos pensar, com o diretor de teatro Richard Schechner, que na ação de se apropriar desses espaços, as pessoas os “libertam”¹⁷. Quando as pessoas vão em massa às ruas, como nas manifestações que aqui evocamos, celebram possibilidades de fertilidade da vida. E quando vestem e encenam fantasias nas ruas, tal como o fazem prostitutas e aliados nos desfiles Daspu, expressam a multiplicidade de cada vida humana.

Uma cidade imaginada é portanto real nas práticas de seus habitantes, no modo como definem situações e apropriam-se dos espaços de uso coletivo. A rua, assim como o palco, é não só o lugar onde tudo isso é passível de ser praticado **mas**, o mais importante, lugar onde tudo isso pode *ser visto*¹⁸. **Nelas ocorrem, de maneira mais espontânea ou mais organizada,**

¹⁶ SCHECHNER, in *Rasaesthetics* (2001), diferencia “emoções” de “sentimentos” para destacar as qualidades da estética Rasa no teatro indiano. Ao considerar que, basicamente, as “emoções são comunicadas por meio de *abhinaya*, enquanto os sentimentos são experimentados”, o autor diz que “rasa”, sendo uma espécie de “tempero dos humores”, é sentimento. Ou seja, os espectadores podem sentir sem saber ao certo a emoção que sentem. Experimentam algo – um sentimento – suscitado pela encenação de uma emoção. Esta última tem, portanto, algo de objetivo: é uma “expressão pública de um sentimento”, é comunicável e é, portanto, uma convenção. Os atores, em sua performance, precisam, portanto, oficializar o *abhinaya* de uma emoção particular, conscientemente construída e objetivamente controlada, capaz de suscitar sentimentos nos espectadores. Em *A expressão obrigatória dos sentimentos* (1921), Marcel Mauss considerava que todos os tipos de expressões orais e fisiológicas não seriam fenômenos exclusivamente psicológicos ou fisiológicos, mas “fenômenos sociais, marcados eminentemente pelo signo da não-espontaneidade e da obrigação mais perfeita.” (1999: 325).

¹⁷ SCHECHNER, 1993.

¹⁸ Segundo Schechner, a palavra “teatro” é cognata de “teorema”, “teoria” e outras derivadas do grego *thea*, “uma vista”. *Theorein*, que quer dizer “para olhar”, relaciona-se com “teorema”, “espetáculo” e “especulação”. O que caracteriza o teatro é, assim, “a sua especularidade, as suas estratégias de ‘contemplação’”. (idem: 134).

as manifestações que confrontam a grande narrativa oficial. Ruas vivas, diversificadas e reivindicadas, tal como proclamava Jane Jacobs em seu *Death and Life of Great American Cities* (1961), são condição de produção de “vigorosas imagens de possíveis outros mundos que começam até a moldar o mundo real”¹⁹.

Assim, a *exibição* nos importa aqui de maneira especial. Pois a cidade desejada pelo planejamento oficial também é formulada com essa intenção: exibir-se. No Rio de Janeiro, por exemplo, a Copa do Mundo de 2014 foi inaugurada com uma ação televisionada da Polícia Civil durante o fechamento de um bar onde prostitutas trabalhavam na orla de Copacabana, em frente ao local onde havia sido instalado o equipamento Fifa Fan Fest, destinado a reunir o público dos jogos antes, durante e depois das partidas²⁰. Diante dos telões oficiais, a prostituição de Copacabana deveria ser ofuscada, ou melhor, reprimida e invisibilizada. Afinal, por ali circulariam torcedores e torcedoras provenientes de várias cidades do Brasil e de outros países e o palco da festa deveria ser outro que não os bares e boates de prostituição daquele setor.

Nos meses que antecederam a Copa e sobretudo durante a realização dos jogos, ou seja, durante o período de “preparação da cidade” e também durante o Mundial, monitoramos seus impactos nas áreas de prostituição de cidades-sede (observando a presença de estrangeiros e a concentração ou aumento da prostituição em determinados setores das cidades) e as ações policiais e de organizações governamentais e não-governamentais que vinham atuando nessas áreas, ora para coibir a exploração sexual de crianças e adolescentes, ora para promover sua visão quanto à prostituição. A pesquisa que realizamos também observou as condições de trabalho nesses lugares durante os jogos e mapeou as redes formadas para viabilizar o trabalho sexual nesse período, além de acompanhar o noticiário nacional e internacional sobre prostituição no Brasil no contexto da Copa do Mundo.

No total, monitoramos 83 pontos de sexo comercial na cidade do Rio de Janeiro, nos quais trabalham aproximadamente 75% das prostitutas envolvidas com a prestação de serviços sexuais em casas, boates, termas, privês, bares, praias, massagens e pontos de rua. No período da Copa (12 de junho a 13 de julho de 2014), o fluxo de clientes diminuiu em 60 dos pontos observados, a maioria deles localizada no Centro da cidade. A maior parte desses pontos fechou, por iniciativa de seus donos, pelo menos um dia da semana durante a Copa porque, simplesmente, não havia clientes.

19 HARVEY, idem: 316

20 V. Relatório do Observatório da Prostituição, 2014.

Tudo isso comprovou que durante aquele período de exibição em escala planetária da cidade do Rio de Janeiro, o desejo oficial de obscurecer determinadas atividades da cidade fundou uma “cidade indecente”. No livro *A sociedade decente*, Avishai Margalit propõe compreender como decente a sociedade cujas instituições não humilham seus cidadãos. Estimulados por essa sugestão, fizemos um passeio por uma “cidade indecente” - o Rio de Janeiro – durante a realização dos jogos da Copa do Mundo – momento em que estimativas alarmantes sobre um suposto “aumento da prostituição”, da exploração sexual e do tráfico de pessoas surgiam por todos os lados, promovidas por ongs e agências de governo a partir de financiamentos provenientes de órgãos internacionais. A cidade, durante a Copa, mostrou-se desinibidamente indecente ao empreender, de maneira muitas vezes espetacular, ações de controle e repressão violadoras de muitos direitos, tal como aconteceu em Copacabana, com o fechamento temporário de bares e hotéis onde trabalham prostitutas. A cidade, tornada cenário para ser “visto” por bilhões de pessoas em todo o planeta, suspendeu temporariamente parte de suas atividades cotidianas.

(foto Daspu na Copa: legenda: a grife Daspu produziu camisetas com os dizeres “eu só jogo pelada”, “zona Padrão Fifa” e organizou partidas de futebol em frente a Assembléia Legislativa de Niterói, cidade da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, onde prostitutas foram violentamente expulsas dos apartamentos onde trabalhavam, em um setor do centro da cidade que acabava de ser circunscrito por uma Operação Urbana Consorciada).

Conclusão: cidades imaginadas, cidades reais

"Se existe uma tradição de construir monumentos especificamente para apresentar performances – arenas, estádios e teatros – então existe também uma longa história de performances não-oficiais 'tomando lugar' em locais que não foram arquitetonicamente imaginados. Uma grande parte da celebração está na transformação do espaço de trabalho, ou espaço de trânsito, ou algum tipo de espaço oficial em um *campo de jogo*" 21.

Prostitutas ativistas no Brasil assumiram a performance, esse ramo da arte da cultura não-oficial, para conduzirem suas lutas políticas e críticas ao planejamento urbano oficial, inaugurando heterotopias em espaços e lugares convencionais – calçadas – ou carregados de valor simbólico – escadarias de prédios públicos, como a Assembléia Legislativa e o Instituto de

Filosofia e Ciências Sociais do Rio de Janeiro. Se inicialmente a forma de suas manifestações era a mesma daquelas de outros movimentos sociais que tomavam as ruas munidos de faixas e palavras de ordem, com o tempo passaram a se configurar como dramatizações do universo laboral da prostituição e da política local. Adotando a *performance* como ação política, prostitutas ativistas evidenciaram o conteúdo do trabalho que exercem, os espaços desse trabalho e as insistentes violações que neles ocorrem. Ou seja, através da performance objetivaram os olhares sobre a prostituição e deram densidade ao drama das violações que ocorrem nas ruas da cidade. Ao tomarem a rua e prédios públicos, carregados de significados, como palco para suas manifestações-performances, prostitutas ativistas redimensionam as violações sofridas por uma categoria como violações que afetam todas as demais, sobretudo aquelas compostas por mulheres e que dependem das ruas para o seu exercício. Através da performance e do humor, violações sofridas por prostitutas nas ruas da cidade passam a ser compreendidas como “problemas públicos” comuns aos demais cidadãos.

Ao reclamarem a rua, prostitutas ativistas reclamam, também, o direito de serem vistas nas ruas. Reclamam a rua porque reclamam o direito à convivialidade diversificada e aberta ao imprevisível, misturando classes, gêneros e cores. E reclamam a rua e o direito de nela trabalharem sem opressão e com segurança, tornando esta uma reivindicação que contempla, *last but not least*, todo e qualquer cidadão – desde que desnudo de suas muitas convenções e dos tabus sociais, a começar por aquele, primordial: o tabu do sexo.

BIBLIOGRAFIA

BLANCHETTE, Thaddeus Gregory & SILVA, Ana Paula. “*Nossa Senhora da Help*”: sexo, turismo e deslocamento transnacional em Copacabana. In: Cadernos Pagu (25), julho-dezembro 2005. Pp.: 249-280.

GEERTZ, Clifford. *The interpretation of cultures*. New York: Basic Books, 1973.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

JACOBS, Jane. *The Death and Life of Great American Cities*. New York: Random House, 1961.

LEITE, Juçara Luzia. *A República do Manguê*. 00, 2005.

LENZ, Flavio. *Daspu*. 00.

MARGALIT, Avishai. *Decent Society*. 00.

MAUSS, Marcel. *A expressão obrigatória dos sentimentos (rituais orais funerários australianos)* (1921). In: 'Ensaio de Sociologia'. Rio de Janeiro: Editora Perspectiva, 1999.

MELLO, Marco Antonio da Silva & VOGEL, Arno. *Quando a rua vira casa*. Rio de Janeiro: Editora Projeto/IBAM, 1981.

MENEZES, Lená Medeiros de. *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

MORAES, Aparecida Fonseca. *Mulheres da Vila*. Petropolis: Editora Vozes, 1995.

RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite. Prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

RAMOS, Diana Helène. *Preta, pobre e puta: a segregação da prostituição em Campinas, Jardim Itatinga*. Tese de doutorado, IPPUR-UFRJ, 2015.

SCHECHNER, Richard. *Rasaesthetics*. In: "The Drama Review", 2001, vol.45., n.3. Pp. 27-50.

_____. *The Street is the Stage*. In: "The Future of the Ritual: Writings on Culture and Performance". London and New York: Routledge, 1993.

SIMÕES, Soraya Silveira. *Vila Mimosa: etnografia da cidade cenográfica da prostituição carioca*. Niterói: EdUFF, 2010.

_____. *Identidade e Política: notas sobre o reconhecimento de um métier no Brasil*. In: Revista [R@u](#), 2010b.

SOARES, Luiz Carlos. “*Rameiras, ilhoas, polacas*”: *a prostituição no Rio de Janeiro do século XX*. Rio de Janeiro: Editora Ática, 1992.

TURNER, Victor.